

# PLANO DE COGESTÃO DO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS



## DOCUMENTO COMPLEMENTAR II DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DA ÁREA PROTEGIDA (ANÁLISE SWOT)





## FICHA TÉCNICA

- **Estrutura de apoio da Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês:**

Cristina Machado, ICNF, I.P.

Sónia Almeida, ADERE-PG

Carla Rodrigues, ADERE-PG

Eduardo Afonso, Câmara Municipal de Melgaço

Pedro Teixeira, Câmara Municipal de Valdevez

Filipe Rocha e Cláudia Torres, Câmara Municipal de Ponte da Barca

Cristóvão Carvalho, Câmara Municipal de Terras de Bouro

Fernando Moura, Câmara Municipal de Montalegre

José Brilha, Universidade do Minho

Ana Justo, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Fernando Cerqueira Barros, FAPAS, CPADA

Sandra Vieira, Associação Florestal Atlântica

- **Grupo de trabalho do turismo:**

Miguel Faria-Gerês Equi'Desafios, representante das empresas de animação turística

Paulo Azevedo-Montes de Labreiro, representante das empresas turísticas do concelho de Melgaço

Cláudia Fernandes-North Land, representante das empresas turísticas do concelho de Arcos de Valdevez

Joel Pereira-Tobogã, representante das empresas turísticas do concelho de Ponte da Barca

José Arriscado-Gerês Viver Turismo, representante das empresas turísticas do concelho de Terras de Bouro

Paula Oliveira-Cabril Eco Rural, representante das empresas turísticas do concelho de Montalegre

### Aprovado pela Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês:

Municípios do PNPG	Presidente da Comissão de Cogestão- Presidente da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, João Manuel Esteves
Instituto de Conservação da Natureza e Florestas	Diretora Regional do Norte do ICNF, I.P., Sandra Sarmento
Instituições do Ensino Superior	Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro, Reitor
ONGA indicada pela CPADA	FAPAS, Fernando Cerqueira Barros
Baldios do PNPG	Presidente da Associação Atlântica, Durval Gave
DRAPN	Diretor Regional Adjunto, Luís Brandão Coelho
ADERE-PG	Administradora-Delegada, Sónia Almeida



## ÍNDICE

I. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DA ÁREA PROTEGIDA .....	4
1. DIAGNÓSTICO POR ÁREA TEMÁTICA .....	5
1.1. Património natural e cultural .....	5
1.2. População, educação e infraestruturas .....	8
1.3. Atividades económicas e turismo .....	13
1.4. Gestão e governança .....	19
2. MATRIZ SWOT .....	20
2.1. Pontos fortes do PNPG .....	21
2.2. Pontos fracos do PNPG .....	22
2.3. Oportunidades .....	23
2.4. Ameaças .....	24
II. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO .....	25
1. MISSÃO, VISÃO E VALORES .....	26
1.1. Missão do plano de cogestão .....	26
1.2. Visão .....	26
1.3. Valores .....	26
2. OBJETIVOS E EIXOS ESTRATÉGICOS .....	26
2.1. Objetivos Estratégicos .....	27
2.2. Eixos Estratégicos e Áreas-Chave de intervenção .....	27

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - População residente nas freguesias do PNPG. Fonte: INE .....	9
Tabela 2 - Mão-de-obra agrícola nos concelhos do PNPG (2009-2019). Fonte: PORDATA .....	14

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da população residente nas freguesias do PNPG. Fonte: INE .....	9
Gráfico 2 - Distribuição da população residente nas freguesias do PNPG, por grupos etários, 2011 e 2021. Fonte: INE. ....	10
Gráfico 3 - Representação do peso de cada freguesia no total da população residente no PNPG, em 2021. Fonte: INE. ....	10
Gráfico 4 - Mão-de-obra agrícola nos concelhos do PNPG (2009-2019). Fonte: PORDATA. ....	13



## I. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO DA ÁREA PROTEGIDA

A caracterização diagnóstica de um território é um exercício essencial e a base para a construção de ideias e de intervenções orientadas para o desenvolvimento estratégico. Requer conhecer e caracterizar os vários contextos ou problemáticas (social, económica, ambiental, territorial, política, entre outras), as interconexões e as suas relações com o território, assim como perspetivar e analisar as dificuldades ou constrangimentos que os mesmos podem comportar.

É neste pressuposto que importa identificar para o território do PNPG os principais fatores críticos, sejam positivos ou negativos, que vão influenciar as políticas e iniciativas que devem ser adotadas para que o território melhor se posicione na escala do desenvolvimento sustentável. Tal pressupõe um bom conhecimento da realidade atual e uma análise estratégica dos constrangimentos, desafios e oportunidades que se colocam ao território.

Esta análise deve, por outro lado, perspetivar as prioridades e agendas regional, nacional e europeia, procurando alinhar-se, desde já, com a Agenda 2030 e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dado que o PNPG tem sido objeto de sucessivos estudos de caracterização e de diagnóstico, optou-se por utilizar como base de diagnóstico para o Plano da Cogestão a análise swot que foi realizada no contexto da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés, adaptando-a ao contexto específico da cogestão do PNPG, atualizando-a e complementando-a com novos dados e contribuições dos parceiros da cogestão. Porém, trata-se ainda de um exercício não concluído, que estará em permanente discussão, uma vez que vários agentes locais, regionais e nacionais estão a ser mobilizados para o processo e poderão apresentar contributos relevantes em diferentes momentos de participação.

O exercício de diagnóstico focou-se na análise de temas considerados mais relevantes para os objetivos da cogestão do PNPG, concretamente:

- Património natural e cultural
- População, educação e infraestruturas
- Atividades económicas e turismo
- Gestão e governança



## 1. DIAGNÓSTICO POR ÁREA TEMÁTICA

### 1.1. Património natural e cultural

Em termos de valor natural biótico, o território distingue-se pela existência de habitats naturais ainda pouco fragmentados que preenchem zonas relativamente extensas à escala europeia, compreendendo essencialmente as zonas mais altas das serras. Existem outras áreas em excelente estado de conservação, como sejam as matas de carvalho, algumas das quais constituem áreas relativamente extensas. Os carvalhais, os bosques ribeirinhos, os pinhais, as turfeiras e os matos são alguns dos habitats mais importantes ou característicos do Parque. Verifica-se ainda a existência de áreas com grande potencial de renaturalização, em virtude da conjugação de vários fatores, nomeadamente o abandono dos usos tradicionais de ocupação do solo com alterações significativas do sistema agro-silvo-pastoril, devido à perda progressiva da população residente. Identificam-se, contudo, zonas específicas do Parque onde se registam situações de sobrepastoreio, em resultado do forte crescimento do número de cabeças de gado de alguns produtores locais, ameaçando habitats mais sensíveis e o sucesso de ações de reflorestação.

As grandes áreas florestais, naturais e plantadas, com predomínio de espécies autóctones, localizam-se essencialmente em terreno baldio e a sua adequada gestão é encarada como uma importante oportunidade para a gestão sustentável da floresta e implementação de processos de certificação da gestão florestal, beneficiando os compartimentos, a gestão e conservação dos recursos naturais, os produtores florestais e os utilizadores da floresta. As medidas agroambientais e silvo-ambientais têm contribuído para a conservação da natureza e gestão sustentável dos baldios.

No que diz respeito à geodiversidade do PNPG, destaca-se a existência de vários tipos de rochas graníticas que, devido a diferenças na composição dos minerais e textura, em conjugação com a fraturação que afeta a região, dá origem a formas de relevo particulares a diversas escalas e a uma paisagem única. Algumas destas fraturas são responsáveis pela existência de quedas de água, muito populares dos visitantes. Vales retilíneos, como os da Peneda ou do Gerês, estão associados a falhas geológicas ativas, por vezes com registo de atividade sísmica, embora de baixa intensidade. Complementarmente às rochas graníticas, existem pequenas áreas com rochas metamórficas, muito deformadas e alteradas. Uma característica particular em alguns setores do PNPG é a ocorrência de vestígios de glaciações com cerca de 18 mil anos (moreias, blocos erráticos, etc.). Alguns dos elementos da geodiversidade do PNPG possuem valor científico, constituindo parte do património geológico com relevância nacional e internacional, fazendo parte do inventário disponível no ICNF. Adicionalmente, alguns destes locais possuem valor educativo e/ou turístico/recreativo, comprovado pelo elevado nível de visitação em alguns destes locais. Algum do património geológico



do PNPG foi já perdido (por exemplo, certos minerais foram alvo de pilhagem durante décadas), existindo ainda património geológico em risco de desaparecimento que necessita de medidas urgentes de gestão.

Apesar da importância da geodiversidade como suporte da biodiversidade e como fonte de inúmeros outros serviços de ecossistemas, o património geológico não tem sido suficientemente considerado na estratégia e na gestão da conservação da natureza do Parque Nacional, seguindo, de resto, a tendência verificada no país. A geodiversidade enfrenta, assim, um conjunto de ameaças, desde logo por falta de uma política de geoconservação e, em resultado, pela ausência de critérios de proteção e de valorização desse património. De destacar os fenómenos de instabilidade de vertentes, como o que ocorreu recentemente na Fraga da Meadonha, que elevam os motivos de preocupação e exigem uma atuação urgente na identificação de zonas de suscetibilidade e tomada de medidas adequadas.

Em forma de síntese, no PNPG destacam-se pela sua relevância para a conservação da natureza e ou representatividade os seguintes valores naturais:

- habitats de conservação prioritária (Diretiva Habitats);
- espécies de conservação prioritária (Diretiva Aves e Diretiva Habitats);
- bosques autóctones: carvalhais, carvalhais com teixo, carvalhais e azerais, azerais e medronhais arbóreos, bosques mesotróficos e lourçais, bosques de teixo, bosques ripícolas e pinhais de pinheiro-silvestre;
- flora briológica e vascular muito rica, com um elevado número de espécies e endemismos lusitanos (por exemplo, a *Armeria sampaioi* e a *Ceratocarpus claviculata* subsp. *Picta*) e ibéricos (por exemplo, a *Armeria humilis* subsp. *Humilis*, o lírio-do-Gerês e a timeleia);
- elevado número de espécies faunísticas, algumas muito relevantes ou pelo seu estatuto de conservação ou pela reduzida área de distribuição. Conta com 236 espécies de vertebrados, das quais 204 são protegidas ao nível nacional e internacional e 71 pertencem à lista de espécies ameaçadas do Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal. Dos invertebrados, destacam-se, pelo seu estatuto de conservação, para quatro espécies de invertebrados;
- Diversidade de pontos de interesse geológico, estando inventariados cerca de 130 geossítios, alguns de relevância internacional e nacional, de seis tipos: geomorfológicos, hidrológicos, mineralógicos, tectónicos, petrológicos e aqueles relacionados com vestígios de atividade extrativa;
- Rede hidrográfica densa que, para além de suportar diferentes tipos de habitats, é de grande importância para as atividades humanas e abastecimento das populações.

As condições naturais apresentam-se como fatores favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas relacionadas com o turismo, a agricultura e a pecuária em molde tradicional e biológico, potenciando a promoção de uma política de desenvolvimento sustentável, que favorece quer as populações locais, quer a conservação e valorização da natureza e da biodiversidade. As plantas



aromáticas e medicinais (que antigamente eram colhidas no habitat natural e hoje são cultivadas e comercializadas por vários pequenos produtores locais) são um dos exemplos.

Os recursos naturais existentes, que continuam a ser o suporte de muitas atividades humanas da população residente, estão, no entanto, sujeitos a algumas vulnerabilidades e pressões, como sejam os incêndios florestais, a propagação de espécies vegetais invasoras, o pastoreio intensivo em habitats mais sensíveis, a pressão turística, a construção desordenada e os riscos associados às mudanças climáticas.

Verificam-se ainda outros constrangimentos que agravam os problemas identificados, como sejam a incapacidade para uma rápida atuação nas áreas degradadas, a falta de densificação da regulamentação para determinados usos e atividades humanas, a insuficiência de meios para uma vigilância mais efetiva em determinadas zonas do Parque (zonas de difícil acesso), alguma falta de sensibilidade da sociedade para os valores naturais presentes, a desarticulação entre as diferentes atividades e ações que ocorrem no território (por vezes incompatíveis), entre outros.

Atualmente, para a conservação e proteção dos valores naturais destacam-se os seguintes fatores críticos:

- Perturbação de espécies faunísticas, destruição de espécies de flora e agravamento da erosão do solo provocados pela pressão da atividade humana. A visitação excessiva em algumas áreas de especial atratividade e em zonas de regime de proteção mais elevado, a dispersão da presença humana por toda a área do Parque, a abertura de trilhos pelo uso/pisoteio frequente e pela passagem de viaturas todo-o-terreno, ameaçam a tranquilidade dos habitats (nomeadamente, carvalhais, bosques ripícolas, turfeiras, prados e matos de altitude) e colocam em risco a ocorrência de algumas espécies. Em zonas pontuais verifica-se algum pastoreio excessivo e não controlado com impacto em habitats mais sensíveis (por exemplo, turfeiras) e para as áreas recentemente reflorestadas ou de regeneração natural;
- Frequência de incêndios de grande dimensão e com impactos severos nas espécies, habitats, solo e na paisagem, como evidencia a profunda alteração do coberto vegetal em vertentes particularmente atingidas pelos mais recentes incêndios florestais;
- Expansão de áreas ocupadas por espécies vegetais invasoras;
- Ausência de uma estratégia de geoconservação.

Com presença humana confirmada desde há milhares de anos, o território do PNPG é também reconhecido pela sua riqueza histórica e cultural, sendo depositário de elementos relevantes do património arqueológico, arquitetónico e etnográfico, bem como detentor de identidades culturais genuínas, onde perduram práticas e saberes tradicionais ímpares.

O capital cultural do território tem vindo a ser valorizado, quer na sua vertente material como imaterial, sendo de destacar o investimento público na recuperação de património construído, mas



também vários projetos de iniciativa privada que têm contribuído para a preservação da identidade de alguns conjuntos arquitetónicos nos aglomerados rurais.

A par da recuperação e conservação, o setor público e associativo têm procurado divulgar e aumentar a atratividade do património cultural, numa perspetiva da valorização turística do território. Faltam, porém, iniciativas complementares de musealização/ interpretação do património que facilite a perceção do seu valor e o seu usufruto por parte da população local e dos visitantes, na sua função original e em novas funções. Em termos de divulgação/ promoção, mantém-se uma estratégia sobretudo local, com campanhas e publicações dinamizadas principalmente pelos municípios, em detrimento de uma comunicação conjunta PNPG que, porventura, poderia ser mais eficiente em termos de promoção turística e ter mais impacto e retorno para o território.

Devem também ser recuperados os processos de classificação de património cultural que não estão ainda concluídos, deixando o património menos protegido e mais suscetível à degradação.

O turismo ou a segunda residência têm sido a motivação para muitos projetos de recuperação do edificado tradicional, sendo menos frequente a reconstrução de antigas habitações (mantendo a forma e arquitetura originais) para primeira habitação. Esta situação, conjugada com a diminuição e envelhecimento da população e com os custos elevados de reconstrução são, aparentemente, as principais causas do abandono do edificado tradicional e da conseqüente perda de valor patrimonial, contrariando, em parte, o efeito positivo do investimento público que possa ter sido realizado ou a realizar na recuperação dos núcleos populacionais (arruamentos, largos, equipamentos comunitários, etc.).

De salientar um conjunto de tipologias do património construído dispersos pelo território que oferecem um grande potencial para integrarem redes de promoção e visitação ancoradas no arquitetónico e etnográfico, como sejam as pontes históricas, os fojos, moinhos, castelos,

No que toca ao património imaterial, é prioritário assegurar uma atualização e sistematização do seu registo, pois uma boa parte desse valor resta apenas na memória das gerações mais velhas, tornando-se mais difícil a recolha de práticas e saberes ainda testemunhados por quem os viveu.

## 1.2. População, educação e infraestruturas

De acordo com os dados provisórios dos censos 2021, residem nas freguesias do PNPG 7.456 habitantes, representando uma perda de população de quase 18% nesta última década. Trata-se de uma população fortemente envelhecida, num quadro de tendência crescente de perda de habitantes. A análise da evolução demográfica mostra também que mesmo nos lugares



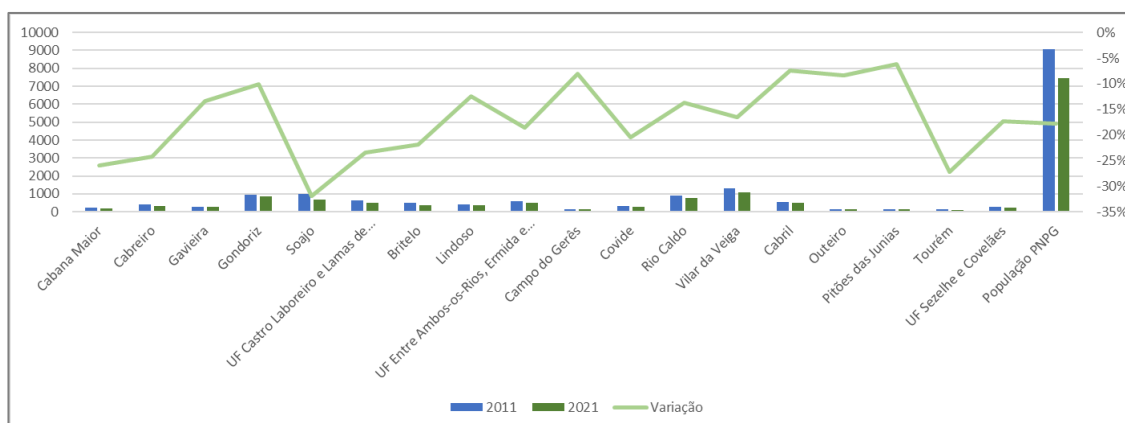


economicamente mais dinâmicos e mais competitivos houve uma perda de população muito significativa, sendo Soajo a freguesia que perdeu mais habitantes nos últimos 10 anos, tanto em termos absolutos (-315) como relativos (-32%).

Tabela 1 - População residente nas freguesias do PNPG. Fonte: INE.

População residente	2011			2021			Var.		
	Sexo			Sexo			Sexo		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Arcos de Valdevez	22847	10429	12418	20720	9484	11236	-9%	-9%	-10%
Cabana Maior	239	96	143	177	79	98	-26%	-18%	-31%
Cabreiro	428	177	251	324	138	186	-24%	-22%	-26%
Gavieira	298	128	170	258	110	148	-13%	-14%	-13%
Gondoriz	958	429	529	861	396	465	-10%	-8%	-12%
Soajo	986	409	577	671	290	381	-32%	-29%	-34%
Melgaço	9213	4076	5137	7773	3452	4321	-16%	-15%	-16%
UF Castro Laboreiro e Lamas de Mouro	657	252	405	503	193	310	-23%	-23%	-23%
Ponte da Barca	12061	5596	6465	11049	5142	5907	-8%	-8%	-9%
Britelo	485	233	252	379	192	187	-22%	-18%	-26%
Lindoso	427	198	229	374	167	207	-12%	-16%	-10%
UF Entre Ambos-os-Rios, Ermida e Germil	612	280	332	498	220	278	-19%	-21%	-16%
Terras de Bouro	7253	3478	3775	6358	3074	3284	-12%	-12%	-13%
Campo do Gerês	162	81	81	149	81	68	-8%	0%	-16%
Covide	343	171	172	273	129	144	-20%	-25%	-16%
Rio Caldo	892	433	459	770	379	391	-14%	-12%	-15%
Vilar da Veiga	1286	610	676	1074	520	554	-16%	-15%	-18%
Montalegre	10537	5096	5441	9261	4470	4791	-12%	-12%	-12%
Cabril	553	265	288	512	249	263	-7%	-6%	-9%
Outeiro	156	82	74	143	74	69	-8%	-10%	-7%
Pitões das Júnias	161	67	94	151	69	82	-6%	3%	-13%
Tourém	151	74	77	110	56	54	-27%	-24%	-30%
UF de Sezelhe e Covelães	277	132	145	229	110	119	-17%	-17%	-18%
População total nas freguesias do PNPG	9071	4117	4954	7456	3452	4004	-18%	-16%	-19%
População total nos 5 municípios do PNPG	61911	28675	33236	55161	25622	29539	-11%	-11%	-11%

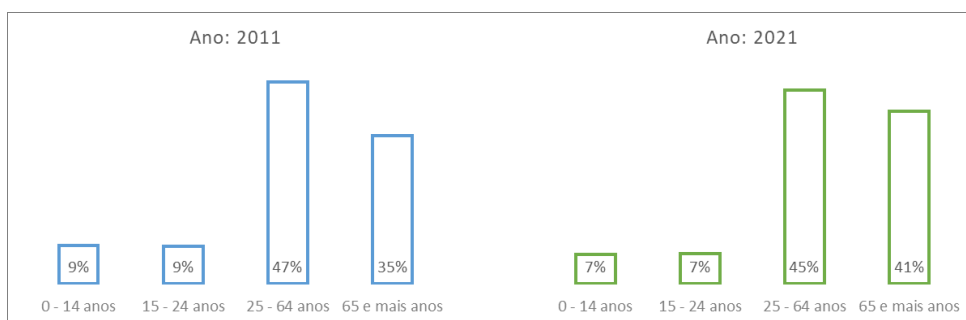
Gráfico 1 - Evolução da população residente nas freguesias do PNPG. Fonte: INE.





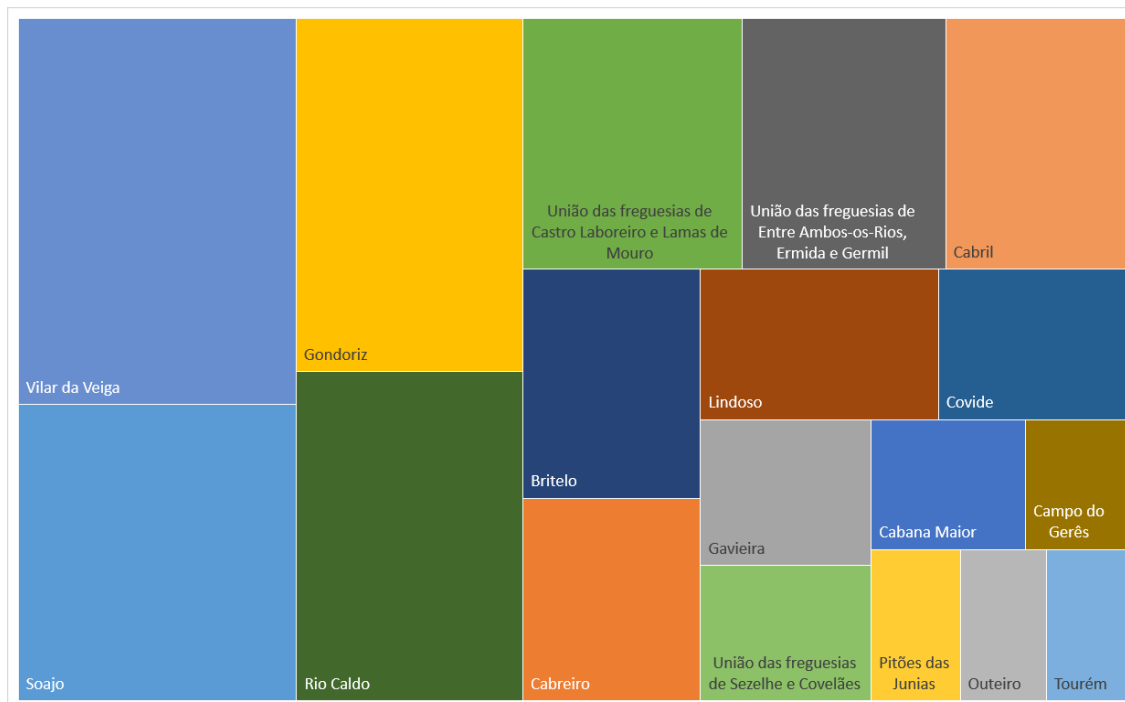
Todas as freguesias que integram o território do PNPG estão em queda demográfica, na sua quase maioria com valores superiores às médias concelhias. Soajo é a freguesia que perde mais habitantes nos últimos 10 anos, tanto em termos absolutos (-315) como relativos (-32%), mostrando que mesmo os lugares economicamente mais dinâmicos e mais competitivos não têm conseguido contrariar a tendência de diminuição populacional. Trata-se de uma população fortemente envelhecida, onde 41% dos residentes têm 65 ou mais anos e apenas 14% têm até 14 anos.

Gráfico 2 - Distribuição da população residente nas freguesias do PNPG, por grupos etários, 2011 e 2021. Fonte: INE.



No gráfico a seguir, apresenta-se o quadro atual da distribuição da população residente no PNPG pelas suas diferentes freguesias (peso de cada freguesia no total da população residente no Parque Nacional da Peneda-Gerês, em 2021), destacando-se Vilar da Veiga como a freguesia mais populosa do Parque.

Gráfico 3 - Representação do peso de cada freguesia no total da população residente no PNPG, em 2021. Fonte: INE.





Para além do envelhecimento demográfico e do crescimento natural negativo, o decréscimo populacional continua a ser influenciado pelo êxodo da população mais jovem para as sedes dos respetivos municípios ou para outros centros urbanos de maior dimensão, embora de uma forma menos acentuada por serem também cada vez menos os jovens a residir no PNPG. De destacar que, em resultado da dinâmica no setor do turismo, algumas localidades do Parque têm conseguido atrair projetos diferenciadores e trazer ou fixar alguns jovens empreendedores. Contudo, a população continua muito dependente das sedes de concelho, onde se concentram os serviços e equipamentos públicos, a resposta social, o comércio e as oportunidades de emprego, facto que justifica a grande dificuldade em fixar jovens nas freguesias do PNPG.

Nas componentes educativa e formativa, ainda que o nível de escolaridade da população local tenha vindo a subir, mantém-se um baixo nível de formação da população ativa (uma vez que os ativos mais qualificados optam por fazer vida noutras regiões do país ou no estrangeiro) e de baixa preparação (capacitação) para lidar com os novos desafios e oportunidades. É muito positivo a existência de escolas profissionais e politécnicos nas sedes de concelho dos municípios do PNPG, mas faltará, eventualmente, uma maior articulação de base entre as diferentes instituições de ensino e formação nos seus diferentes ciclos e entre estas e a comunidade local (população e setores de atividade) para que se promova uma maior aproximação das aprendizagens às potencialidades e oportunidades do território. Ao nível da formação, destaca-se o papel de várias entidades formadoras do território com uma oferta diversificada de ações formativas e de capacitação em áreas onde existe potencial de empregabilidade ou capazes de gerarem rendimentos complementares.

No que respeita às infraestruturas, verificou-se nos últimos anos uma melhoria significativa da rede de equipamentos básicos e sociais que contribuíram para uma melhoria da qualidade de vida das populações. Essa evolução verificou-se sobretudo a nível das infraestruturas básicas, como o abastecimento de água, energia e rede de saneamento, da rede viária, com a melhoria significativa da acessibilidade ao Parque, da rede de assistência à saúde e equipamentos de assistência social e também a nível dos equipamentos de lazer, desporto e cultura. Uma nota muito negativa para as telecomunicações, pois, apesar da melhoria da cobertura de rede móvel, persistem inúmeras “zonas sombra” no Parque, condicionando fortemente a vida dos habitantes afetados, por exemplo, no acesso ao teletrabalho, ao correio eletrónico, às aulas online, chamadas de emergência médica e outros contactos de emergência. Note-se que o local de trabalho de muitos dos habitantes do Parque é a montanha, em zonas pouco acessíveis, onde passam a maior parte do tempo nas atividades ligadas à agropecuária, à silvicultura ou ao turismo (guias e animadores).

Relativamente à rede viária é de destacar que, apesar da melhoria das condições de acessibilidade e de mobilidade, sobretudo por via da beneficiação de vias existentes, persistem ou mesmo agravaram-se as condições de tráfego rodoviário em determinadas zonas do Parque, na época de maior pressão turística, sendo urgente a tomada de medidas práticas que possam aliviar e ordenar o trânsito dos visitantes. As situações mais problemáticas ocorrem no eixo Rio Caldo – Vilar da Veiga



(Gerês), daqui derivando para a Portela do Homem ou Pedra Bela e Ermida, onde, nos meses de verão, se registam milhares de viaturas por dia, que circulam em estradas de montanha, estreitas, de duplo sentido, muitas vezes ocupadas por estacionamento indevido (falta de estacionamento). Para além do impacto na vida normal dos residentes, que ficam condicionados no acesso às suas próprias residências e locais de trabalho, o congestionamento viário impede a rápida atuação dos meios de emergência e socorro e até de evacuação em caso de necessidade (por exemplo em caso de incêndio), pondo em risco toda a população, incluindo a dos próprios visitantes.

Quando analisamos as infraestruturas existentes, em termos quantitativos, qualitativos e tipológico, é ainda importante ter em conta que, para além da população residente, a população considerada “flutuante” - os emigrantes que todos os anos retornam temporariamente às suas terras, normalmente por períodos não superiores a um mês e habitualmente no verão, bem como alguns milhares de turistas que visitam a região também por períodos curtos e maioritariamente concentrados na época estival. Em situações pontuais, podem as infraestruturas básicas estarem subdimensionadas, não respondendo eficazmente ao crescimento temporário da população. Noutros casos, a “população flutuante” tem sido determinante na decisão de alguns investimentos importantes, públicos e privados, em infraestruturas e equipamentos, nomeadamente ao nível dos grandes empreendimentos turísticos, de novas zonas comerciais, projetos de urbanização e de complexos habitacionais, que fazem por sua vez dinamizar outras pequenas infraestruturas e projetos.

Relativamente à qualidade urbanística e à evolução do solo urbano, destaca-se o alargamento generalizado do perímetro urbano dos principais lugares populacionais. A reconstrução do edificado tradicional, localizado no centro original do núcleo urbano, é muitas vezes preterida a favor da construção de raiz, em áreas mais amplas, onde se permite a construção de edifícios com maiores dimensões e arquitetura renovada. Como resultado, os núcleos históricos de alguns lugares estão a perder-se como espaços vivos, ficando degradados e devolutos e não oferecendo as condições de habitabilidade atualmente pretendidas pela população, tanto ao nível do espaço casa como dos espaços públicos.

Noutros casos, assiste-se ao renovar dos núcleos mais tradicionais das aldeias, quer por via de investimentos privados, muitas vezes vocacionados para o turismo, como através do investimento público na requalificação dos espaços e equipamentos coletivos. As situações de segunda habitação verificam-se um pouco por todas as freguesias do Parque. Surge sobretudo por iniciativa dos naturais, sendo crescentes os casos de segunda habitação de pessoas sem ligação à terra. A segunda habitação por reconstrução é uma oportunidade para a renovação urbana dos aglomerados que deve ser incentivada e devidamente enquadrada em termos de ordenamento e planeamento urbano, de forma a potenciar os aglomerados rurais como polos dinâmicos e atrativos, para viver, trabalhar e para recreio. O território pode beneficiar deste exercício de ordenamento e planeamento urbano se for realizado do ponto de vista estratégico e à escala supramunicipal (global - PNPG), potenciando-

se dinâmicas diferenciadas nos diferentes núcleos, em função da sua relevância para o desenvolvimento de determinadas atividades, para a atenuação de pressões (por exemplo turística), para a valorização do património construído, rentabilização de equipamentos e infraestruturas, entre outros aspetos. Mais pontualmente, verifica-se alguma recuperação de antigas construções em solo rústico, essencialmente para usos ligados à agropecuária, segunda habitação e turismo.

Uma nota também para algumas brandas e outros pequenos núcleos atualmente desabitados, que apresentam um forte potencial de recuperação para turismo (existindo projetos de investimento já confirmados) mas que, apesar de estarem classificados como solo urbano, não dispõem de infraestruturas básicas (eletricidade e saneamento) nem de acesso rodoviário.

Por último, refere-se como ponto negativo o crescimento urbano desordenado que ocorreu em determinados lugares do PNPG, com impacto na paisagem e na harmonia das características tradicionais dos aglomerados.

### 1.3. Atividades económicas e turismo

A estrutura socioeconómica no território do PNPG tem vindo a alterar-se, com progressiva perda de importância da agropecuária como atividade dominante e principal fonte de rendimento, passando, em muitos casos, para atividade complementar do rendimento familiar. Esta tendência é confirmada pelos dados de 2019 do PORDATA, que permitem concluir que nesta última década (2009 – 2019) o território (total município) perdeu 7,7% da mão-de-obra agrícola (uma variação muito menos expressiva do que verificada na década anterior, 1999 – 2009, altura em que o território perdeu 33% de trabalhadores agrícolas), principalmente trabalhadores agrícolas a tempo integral. Os trabalhadores agrícolas a tempo parcial registaram inclusivamente um crescimento de 5,7% e representam mais de 84% do total da mão de obra agrícola nos cinco municípios, confirmando o papel de complementaridade da atividade principal.

Gráfico 4 - Mão-de-obra agrícola nos concelhos do PNPG (2009-2019). Fonte: PORDATA.

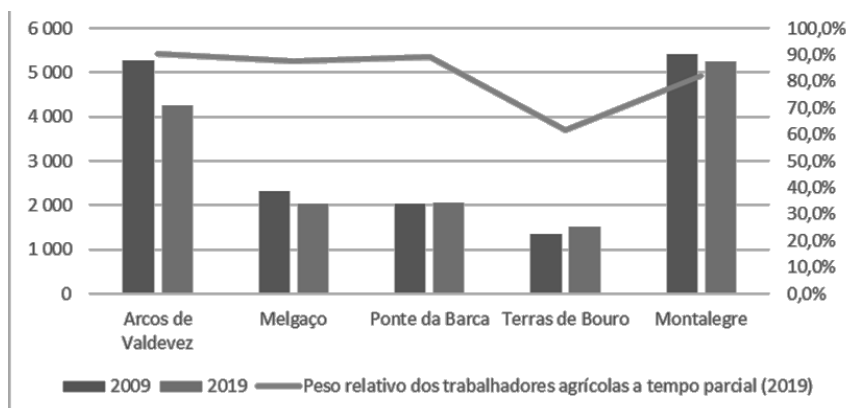




Tabela 2 - Mão-de-obra agrícola nos concelhos do PNPG (2009-2019). Fonte: PORDATA.

Anos	Mão-de-obra agrícola										
	Total			Tempo completo				Tempo parcial			
	2009	2019	Variação 2009-2019	2009	2019	Variação 2009-2019	Peso relativo dos trabalhadores agrícolas a tempo integral (2019)	2009	2019	Variação 2009-2019	Peso relativo dos trabalhadores agrícolas a tempo parcial (2019)
Arcos de Valdevez	5267	4263	-19,1%	1232	413	-66,5%	9,7%	4035	3850	-4,6%	90,3%
Melgaço	2327	2044	-12,2%	720	252	-65,0%	12,3%	1607	1792	11,5%	87,7%
Ponte da Barca	2039	2049	0,5%	581	224	-61,4%	10,9%	1458	1825	25,2%	89,1%
Terras de Bouro	1341	1505	12,2%	541	577	6,7%	38,3%	800	928	16,0%	61,7%
Montalegre	5407	5254	-2,8%	1270	929	-26,9%	17,7%	4137	4325	4,5%	82,3%
<b>Total</b>	<b>16381</b>	<b>15115</b>	<b>-7,7%</b>	<b>4344</b>	<b>2395</b>	<b>-44,9%</b>	<b>15,8%</b>	<b>12037</b>	<b>12720</b>	<b>5,7%</b>	<b>84,2%</b>

Apesar da perda de importância da agricultura, algumas zonas do Parque têm visto crescer o seu efetivo pecuário, sobretudo de gado bovino, fruto do progresso de alguns produtores locais. A perda de população empregada no sector primário traduz, em alguns casos, a sua transferência para a indústria diretamente associada à produção animal, promovendo a dinamização de alguma pequena indústria de produtos locais de qualidade, alguns dos quais produzidos em modo biológico (produtos de carne de raças autóctones, vinho, mel, compotas, artesanato, etc.). A produção local não permite (quantidade e custo de produção), em geral, a colocação de produtos competitivos nos mercados tradicionais, mas a sua qualidade tem vindo a ser explorada em mercados específicos que valorizam a qualidade em detrimento dos custos. A perceção da qualidade e do valor económico dos produtos locais é um objetivo que poderá também aplicar-se ao conhecimento e práticas tradicionais incorporados nos produtos e atividades humanas desenvolvidas no Parque, bem como aos serviços dos ecossistemas, numa estratégia de valorização dos recursos existentes, do saber e fazer local e de desenvolvimento sustentável do Parque. É encarada também como estratégia para alavancar e diferenciar outras áreas em expansão como o turismo de natureza, a restauração, o artesanato, entre outras.

A silvicultura em moldes ambientais e preventiva pode também constituir uma importante fonte de rendimento para a área, nomeadamente através das atividades que os órgãos gestores dos terrenos Baldios ou Forais desenvolvem e para os quais o território recebeu importantes incentivos (Plano Zonal para o PNPG em 2005; Intervenções Territoriais Integradas para o Sítio Peneda-Gerês em 2007, no âmbito do PRODER; ITI Peneda-Gerês, no âmbito do PDR2020 (2015-2020 - Pagamentos Rede Natura - Apoios zonais de carácter agroambiental)). Os objetivos passam por valorizar a atividade dos sectores agrícola e florestal, melhorar o ambiente, a gestão do espaço rural e a qualidade de vida, preservando ao mesmo tempo os recursos naturais utilizados.

Na maioria das freguesias do PNPG, o comércio é pouco diversificado e os serviços públicos são escassos. Salienta-se, no entanto, a constituição das equipas das CNAF e dos Sapadores Florestais que contribuirão para a criação de vários postos de trabalho.



A nível da cooperação e do associativismo, releva o desempenho de algumas associações de produtores que tem contribuído para a valorização de raças e produtos locais e para a manutenção da importância da agropecuária na economia do território. Seria, porventura, importante criar ou reforçar a articulação entre as associações representativas do setor e as escolas profissionais e politécnicos que têm base nos cinco municípios do PNPG como forma de aproximar as aprendizagens/ formação às potencialidades e oportunidades do território.

Destaca-se também o papel das associações de desenvolvimento local, que atuam a vários níveis e com objetivos comuns de desenvolvimento, e que de alguma forma têm contribuído para o estabelecimento de linhas estratégicas de atuação no território, nomeadamente no que respeita à formação para a empregabilidade nas atividades emergentes, ao apoio às atividades económicas e valorização dos produtos locais, requalificação dos núcleos rurais e do património construído, valorização do património natural e cultural, qualificação e promoção turística, entre outras. Estas associações e outras instituições locais, municipais ou supramunicipais - como as autarquias, a ADERE-PG, as ADL's (ADRMINHO, ADRL, ATAHCA e ADRAT) e as CIM's (CIM Alto Minho, CIM Cávado e CIM do Alto Tâmega) - têm sido fundamentais na canalização de fundos europeus e na sua aplicação em projetos de dinamização e valorização do território.

É nas atividades direta ou indiretamente ligadas ao turismo que se verifica um maior dinamismo económico, em termos de população empregada e número de empresas. A dinâmica do setor assenta principalmente na riqueza e diversidade do património natural e cultural do Parque e no reconhecimento da sua condição de único Parque Nacional do país, beneficiando ainda da projeção facilitada pela declaração da UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera. Em determinadas freguesias o turismo é já a principal atividade económica, tendo a pandemia Covid-19 mostrado uma relativa dependência do setor.

Em resultado das condições naturais e culturais existentes, o turismo associado à natureza e ao meio rural e o termalismo são os segmentos mais expressivos no território do Parque, e têm sido motores do desenvolvimento do sector hoteleiro, das atividades de animação turística, dos serviços de restauração e do pequeno comércio (artesanato e produtos locais, cafés, etc.).

De uma maneira geral, a atividade turística no PNPG é fortemente sazonal e com tendência de concentração em determinados locais, pondo em causa o modelo de desenvolvimento sustentável e qualificado do turismo na região. De facto, muitos dos benefícios económicos e sociais que a atividade turística induz acabam por seguir também a tendência da sazonalidade. É disto exemplo a criação de postos de trabalho nos meses de verão, o que não beneficia a qualificação da mão-de-obra empregue no sector e a estabilidade económico-social das famílias. Por outro lado, mantém-se a tendência de muitos estabelecimentos turísticos, em particular os restaurantes, optam por encerrar nos meses de Inverno, prejudicando a oferta turística global. A sazonalidade é a maior debilidade do setor do turismo na região, sendo muito importante intervir com projetos inovadores



para contrariar a concentração dos visitantes, no tempo e no espaço, promovendo a qualidade do setor e os seus benefícios para o território.

Apesar da progressiva qualificação da oferta turística, sobretudo no alojamento turístico e oferta de atividades de animação, verificam-se ainda situações de atividade ilegal, gestão não profissionalizada e emprego precário. Uma nota particular para as atividades motorizadas realizadas de forma clandestina, normalmente em terreno baldio, que têm vindo a causar a indignação dos compartes e que podem prejudicar a boa aceitação que, até então, a maioria das comunidades têm manifestado em relação às atividades turísticas.

No que respeita à procura turística verifica-se também uma desigualdade na distribuição do fluxo de visitantes na região, sendo maior a procura na zona central do Parque Nacional, serra do Gerês. Não obstante, os dados dos últimos anos revelam um maior equilíbrio na distribuição do fluxo de visitantes, situação para a qual têm contribuído as Portas do PNP (com diferentes dinâmicas de atratividade turística no respetivo território), a dinamização e divulgação de novos espaços de atratividade dispersos pelo território do Parque e a instalação de novas unidades de alojamento e infraestruturas turísticas fora dos principais centros de procura.

O problema da massificação turística no Parque Nacional não é transversal, ocorrendo essencialmente na zona do Gerês, com áreas fortemente pressionadas na época de verão, que carecem de adequadas medidas de gestão. É o caso, por exemplo, do eixo Portela do Homem – Caniçada, englobando todo o vale do Gerês, que continua a evidenciar fortes constrangimentos decorrentes do excesso de visitantes no período estival. Refere-se ainda a problemática das atividades de lazer nas zonas das lagoas (rio Homem, Arado, Conho, Fafião, Ribeira de Cabril, entre outros), que se tem agravado ao longo do tempo, com cada vez mais visitantes a afluírem a estes espaços, muitos deles de difícil acesso, onde se têm verificado graves acidentes e perdas humanas. Estão a decorrer alguns projetos públicos, e outros a serem programados, para procurar controlar e melhorar a gestão da visitação nestes locais.

A propósito dos acidentes e incidentes envolvendo visitantes, destaca-se a constituição do Posto de Busca e Resgate em Montanha no Parque Nacional da Peneda-Gerês, que integra 16 militares altamente preparados para intervir em situações de emergência e que funciona em articulação com as restantes autoridades da proteção civil.

Embora importante para a economia local, o aumento do número de visitantes não deverá ser um objetivo primário para a região do Parque, considerando-se que é mais importante conseguir um maior equilíbrio na distribuição temporal e espacial dos visitantes ao longo do ano e um alargamento do período médio de estada dos turistas. Esta é também a situação mais conveniente em termos da capacidade de carga da região. Desta forma, o território deve procurar investir em projetos de valorização turística que contribuam para a diminuição da sazonalidade e dispersão dos fluxos. Salienta-se, como um bom exemplo, a criação da Grande Rota Peneda-Gerês, uma rota pedestre com





190 km que percorre de forma transversal o Parque, divulgando os seus recursos naturais, culturais e paisagísticos e fomentando a passagem nas aldeias, onde existem os serviços de apoio ao visitante e onde novos negócios podem ser dinamizados (criação de oportunidades).

Em termos de caracterização dos principais sectores da atividade turística e serviços de visitação (alojamento, restauração e gastronomia, atividades de animação turística, serviços de informação, etc.), destacam-se os seguintes aspetos:

- No que respeita ao alojamento turístico no território verifica-se, nos últimos anos, uma evolução significativa em termos quantitativos e qualitativos e também uma maior diversificação de tipologias de empreendimentos. No entanto, reconhece-se que o potencial turístico de várias zonas não tem sido devidamente aproveitado pela falta de infraestruturas de alojamento. Existe a expectativa de que a Grande Rota possa desencadear a criação de novos serviços de apoio aos utilizadores da rota, principalmente ao nível do alojamento em locais que não estão servidos, bem como ao nível da oferta de produtos alimentares. Em relação à oferta de alojamento de apoio aos utilizadores da Grande Rota, registam-se três notas importantes: escassez de oferta em algumas localidades de início/ fim de etapa; muitos alojamentos existentes não reservam alojamento para uma só noite; nem todas as tipologias de alojamento são adequadas ao perfil do caminhheiro que apenas quer descansar uma noite para seguir viagem ao nascer do sol.

As tipologias de alojamento mais importantes na região são os empreendimentos de turismo rural, os empreendimentos hoteleiros (hotéis, pensões, estalagens, apartamentos turísticos, etc.) os parques de campismo e o alojamento local. De um modo geral, as unidades de alojamento existentes são de grande qualidade. Contudo, existem muito poucos alojamentos reconhecidos como empreendimentos de Turismo de Natureza e Natural.PT.

A promoção do alojamento iniciou-se pela mão da Central de Reservas de alojamento da ADERE-PG, existindo atualmente novas plataformas, mais atuais e alinhadas com as necessidades dos turistas, que trabalham a promoção e venda de alojamento e de programas turísticos em todo o Parque.

- No que toca aos estabelecimentos de restauração, a oferta na região varia entre os restaurantes que oferecem uma gastronomia típica e baseada nos produtos agroalimentares locais (em menor número) até aos estabelecimentos que servem uma ementa considerada mais internacional. Nos últimos anos, fruto de alterações na legislação do sector, com requisitos cada vez mais apertados (HACCP), tem-se verificado uma melhoria na qualidade dos serviços prestados e uma preocupação cada vez maior no que toca à oferta de pratos gastronómicos característicos da região e que valorizem as raças autóctones.

- Relativamente às atividades de animação turística, em particular às de turismo de natureza, o PNPG apresenta uma oferta muito significativa de atividades e serviços. O Parque atrai todos os anos milhares de praticantes de desportos de montanha e atividades de natureza, que têm proporcionado o crescimento do número de empresas do sector no território e também a vinda de empresas



sedeadas externamente. O pedestrianismo, os percursos interpretativos, os passeios a cavalo e de bicicleta, o canyoning, a canoagem e o paddle são algumas das principais modalidades promovidas na região por pequenas empresas de animação turística (EAT). Para além do elevado número de EAT (76 EAT sedeadas nos municípios do PNPG), é notório o crescimento de algumas dessas empresas, que começaram com uma ou duas pessoas e que atualmente já empregam 5 e mais funcionários a tempo inteiro e outros tantos colaboradores sazonais. Cerca de 60 % do total de EAT sedeadas localmente têm as suas atividades reconhecidas como Turismo de Natureza. Contudo, a marca NATURAL.PT tem pouca expressão.

A maior parte das atividades no Parque realizam-se em contacto direto com a natureza, recorrendo à rede de trilhos e caminhos existentes. Atualmente existem 39 percursos sinalizados (perfazendo cerca de 350 km), três grandes rotas (GR50 com 190 km, GR34 com 35 km e a Travessia Peneda-Soajo com 77 km), 11 percursos de orientação cartográfica ou por GPS (cerca de 150 km) e diversos trilhos informais (não sinalizados) que são também utilizados pelos visitantes. Tem-se verificado uma grande dificuldade por parte dos promotores em manter a rede de trilhos devidamente qualificada (limpa e sinalizada). A problemática tem vindo a ser debatida, mas ainda não foi definido globalmente o modelo de manutenção que adequadamente responda a este desafio.

Para além dos percursos pedestres, o território conta com outros equipamentos importantes, muitos deles privados ou de gestão privada, que têm permitido o desenvolvimento de modalidades mais técnicas: centros hípicas, marina para desportos náuticos, campos de arborismo, ancoradouros, vias de canyoning, vias de escalada, entre outros. Estão atualmente em construção quatro centros de apoio ao walking e ao cycling, em Lamas de Mouro, Soajo e Entre Ambos-os-Rios.

Verifica-se, contudo, a necessidade de ordenar e criar melhores condições para a prática sustentável deste tipo de atividades, que devem passar, nomeadamente, pela avaliação e implementação e sinalização de equipamentos adequados aos objetivos de qualificação e gestão da visita ao Parque, pela definição de modelos de gestão e manutenção dos espaços e equipamentos, não descurando também a criação de instrumentos de ordenamento e de regulamentação. Note-se que o reconhecimento de Turismo de Natureza para as atividades de animação turística não é atualmente um mecanismo de controlo nem de qualificação das atividades realizadas em áreas protegidas.

- Os serviços de informação ao visitante encontram-se sobretudo a cargo das instituições públicas (Parque e autarquias), nomeadamente através das Portas do PNPG, do Centro de Educação Ambiental do Videiro e dos postos de informação turística. As Portas do PNPG desenvolvem ainda atividades de educação e de interpretação ambiental, para o público escolar e outros grupos específicos. Incluem ainda outras ofertas para os visitantes, designadamente espaços de lazer, o Parque Biológico do Mezio, Parque de Observação de Estrelas, observatórios, entre outros equipamentos. Referem-se ainda os serviços ligados à promoção da cultura local, como os museus e núcleos museológicos. São importantes estruturas de visita e que muito têm contribuído para a preservação e divulgação do património histórico-cultural, com resultados muito positivos ao nível



da valorização e atração turística da região. Tem havido um grande esforço por parte das instituições locais na recuperação, proteção e divulgação do património cultural, facto que tem contribuído para a criação de novos espaços de visitação e cultura.

Sendo uma das atividades económicas mais importantes no território, é essencial tomar consciência dos constrangimentos e pressões que o turismo pode induzir, nomeadamente o perigo da massificação turística, com os graves problemas que o fenómeno acarreta (impactos ambientais, sociais e económicos), e da turistificação da economia local, tornando-a demasiado dependente da atividade turística e permeável a eventuais alterações políticas, sociais, económicas e de saúde pública, nacionais ou internacionais, como foi exemplo a pandemia Covid-19.

Em jeito de conclusão, o desenvolvimento do turismo no território é uma realidade e um objetivo que deve continuar a perspetivar-se na medida em que representa uma forte oportunidade para o desenvolvimento local. Naturalmente, deverá ser estrategicamente programado em linha com os objetivos do desenvolvimento económico e social e em harmonia com os princípios fundamentais da conservação da natureza e da biodiversidade que estão na base da classificação do Parque Nacional. É fundamental apostar-se numa estratégia comum para a gestão e desenvolvimento do turismo no Parque, que contribua para conciliar os vários interesses – administração, população, atividades económicas e visitantes – na procura e adoção de soluções e compromissos comuns, em prol do desenvolvimento sustentável do território.

#### 1.4. Gestão e governança

A promoção do desenvolvimento sustentável do Parque Nacional tem vindo a beneficiar do crescente entendimento e reforço de cooperação institucional, a nível local, regional e transfronteiriço, que têm contribuído para a definição conjunta de prioridades.

São exemplo dessa cooperação a definição e implementação do Plano de Valorização do PNPG e do Projeto Piloto, que integram um conjunto de projetos de várias entidades (Municípios, ICNF, ADERE-PG, ARDAL, entre outros), executados de forma articulada, contribuindo para a coesão de estratégias.

Também positivo tem sido a existência da Associação de Desenvolvimento Local das Regiões do PNPG (ADERE-PG), pelo seu caráter transversal em termos administrativos e de sectores de atuação.

Destaca-se ainda o papel de diversos organismos representativos de setores de atividade específicos, com competências diversas, que têm contribuído para uma atuação mais orientada e eficaz em alguns domínios importantes para a sustentabilidade do PNPG. Por exemplo, a existência de associações de produtores e cooperativas, no apoio aos agricultores e produtores; o Corpo Nacional de Agentes Florestais (CNAF), Sapadores Florestais, as associações florestais e associações de baldios, na gestão da floresta, entre outros.



O modelo de cogestão das áreas protegidas é também encarado como uma oportunidade para o estreitar de parcerias e estabelecimento de compromissos comuns ao nível da promoção e valorização sustentável do território, do seu património e das suas comunidades.

A programação para o desenvolvimento sustentável do PNPG deve considerar e enquadrar as linhas de desenvolvimento que têm vindo a ser promovidas nos últimos anos, nomeadamente no contexto da Reserva da Biosfera, fazendo a revisão e atualização necessárias, mas cuidando para que não se multipliquem estratégias e esforços.

Uma chamada de atenção para a dificuldade de o território conseguir apresentar projetos conjuntos e à escala do PNPG a determinados apoios financeiros, em virtude da sua complexidade administrativa.

É fundamental continuar a reforçar a articulação institucional e intersectorial, para bem do desenvolvimento integrado e sustentável do território, sem esquecer a participação social, nomeadamente através do fomento das ações de esclarecimento à população e da sensibilização para a participação e ação.

Quanto mais mobilizado e alinhado estiver o território, no conjunto dos seus principais atores, mais facilmente encontrará consenso na definição dos projetos estratégicos e prioritários para o Parque e, assim, mais oportunidades terá de chamar a si os apoios financeiros necessários e a atenção setorial e governativa.

## 2. MATRIZ SWOT

O exercício de diagnóstico (Anexo II) permitiu identificar os principais fatores críticos (positivos e negativos) que influenciarão a atuação e o posicionamento do território do Parque Nacional face aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Seguidamente apresenta-se a *matriz swot*, onde se sintetizam os principais pontos críticos:

- pontos fortes e pontos fracos (fatores internos controláveis ao nível da gestão colaborativa do PNPG) e
- oportunidades e ameaças (fatores externos não controláveis ao nível da gestão colaborativa do PNPG).



## 2.1. PONTOS FORTES DO PNPG

- Única área protegida do país com a categoria de parque nacional (1971);
- Território declarado pela UNESCO como Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurés (2009), na sequência do acordo estabelecido em 1997 com o PN Baixa Limia Serra do Gerês, que deu origem ao então designado Parque Transfronteiriço Gerês-Xurés (1997);
- Parque Nacional integra a ZPE Peneda/Gerês (Zona Especial de Conservação), com uma área total de 89 574 ha;
- 1,3% do Parque Nacional é Reserva Biogenética (Mata de Palheiros e Albergaria);
- 7,5% do Parque Nacional é Mata Nacional;
- Território certificado pela Federação EUROPARC como AP com Carta Europeia do Turismo Sustentável (em fase de revalidação);
- Existência de aspetos biológicos e geológicos únicos no país;
- Existência de grandes áreas de floresta autóctone e de habitats de conservação prioritária;
- Existência de água termal que sustenta a atividade termal do Gerês;
- Diversidade e beleza paisagística;
- Grande riqueza do património arquitetónico e arqueológico, com vários elementos classificados;
- Diversidade e riqueza do património cultural imaterial e etnográfico;
- Valor identitário do território para a população local, que tem contribuído para a valorização do património;
- Iniciativas locais (projetos públicos) de conservação e valorização de elementos do património arqueológico, incluindo os museus e os ecomuseus;
- Iniciativas de requalificação do património arquitetónico tradicional e de núcleos urbanos;
- Existência de Associações de Desenvolvimento Local que contribuem ativamente na dinamização do território;
- Existência de iniciativas locais de formação para a empregabilidade em atividades emergentes e estratégicas para o desenvolvimento do território (turismo, artesanato, apicultura, gastronomia, pequena indústria, agricultura, etc.);
- Existência de condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas sustentáveis, como a agricultura biológica, pecuária extensiva e o turismo de natureza, entre outras;
- Tecido empresarial associado, sobretudo, à atividade turística, gastronomia e produtos locais.
- Existência de produtos agroalimentares de qualidade reconhecida e raças autóctones, grande parte com selo DOP, IGP e ETG;
- Existência de pontos de receção de visitantes dispersos pelo PNPG (Portas do PNPG e Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro);
- Crescimento progressivo e desenvolvimento qualitativo do setor do turismo no Parque, sobretudo ao nível da oferta de alojamentos turísticos (quantitativa, qualitativa e em termos tipológicos) e atividades de turismo de natureza;



- Oferta de equipamentos e infraestruturas de visitação;
- Existência do Posto de Busca e Resgate em Montanha no Parque Nacional da Peneda-Gerês.
- Oferta de equipamentos culturais (museus e ecomuseus), favorecendo o turismo de índole cultural;
- Existência de um plano de promoção turística da Reserva da Biosfera Transfronteiriça Gerês-Xurê;
- Entendimento e cooperação institucional (local, regional e transfronteiriça) na definição das prioridades de desenvolvimento e dinamização de projetos conjuntos;
- Plano de Valorização do PNPG e o Projeto Piloto, que integram um conjunto de projetos de várias entidades (Municípios, ICNF, ADERE-PG, ARDAL, entre outros), executados de forma articulada, contribuindo para a coesão de estratégias;
- Existência de uma Associação de Desenvolvimento Local (ADERE-PG), transversal em termos territoriais e de sectores de atuação;
- Existência das CNAF's (Corpo Nacional de Agentes Florestais) e dos Sapadores Florestais.

## 2.2. PONTOS FRACOS DO PNPG

- Recursos insuficientes para a gestão e vigilância eficaz dos diferentes usos do território do Parque;
- Existência de áreas degradadas pelo Homem (pontos de extração de inertes, assoreamento de turfeiras, entre outras) e falta de capacidade para uma rápida atuação;
- Expansão de áreas ocupadas por espécies vegetais invasoras;
- Perturbação e fragmentação de habitats;
- Frequência elevada de incêndios de grande dimensão;
- Insuficiente densificação regulamentar para melhorar a gestão e ordenamento de determinados usos e atividades humanas;
- Descaraterização dos aglomerados e situações de abandono de núcleos históricos em prol da construção nova;
- Ausência de orientações específicas para a reconstrução do edificado dos conjuntos históricos dos aglomerados;
- Furtivismo e abate ilegal de espécies faunísticas;
- Inexistência de um plano de gestão da geodiversidade e do património geológico;
- Algum uso e ocupação do solo em zonas de potencial risco, relacionado com movimentos de massa;
- Ausência de um sistema de levantamento e registo do património imaterial de todo o território.
- Ausência de um projeto global de musealização/ interpretação de elementos do património cultural relevantes do PNPG;



- Falhas na promoção, comunicação e posicionamento do “PNPG” e sobreposição de ações das diversas entidades locais;
- Existência de várias tipologias de sinalética, que cria ruído e dificulta a comunicação da mensagem;
- Falta de informação de segurança para os riscos inerentes à visitação;
- Falta de enquadramento específico para empresas de animação turística que trabalham no PNPG;
- Inadequabilidade da oferta turística para os diferentes tipos de público;
- Falta de oferta inclusiva;
- Dificuldades na gestão e manutenção da rede de percursos pedestres;
- Dificuldade na monitorização e gestão dos visitantes;
- Falta de informação e estratégia de interpretação sobre o património natural e cultural;
- Press o turística em épocas e zonas específicas do Parque;
- Exist ncia de barragens, enquanto elementos de interrupç o de corredores ecológicos;
- Fraca mobilidade e baixa frequ ncia de transportes públicos desde as sedes de concelho até às aldeias e entre os diferentes municípios.

### 2.3. OPORTUNIDADES

- A riqueza do património do Parque enquanto potencial para a criação de laboratórios de investigação, em parceria com a academia;
- A recondução do Plano de Ordenamento do PNPG a Programa Especial;
- Classificação da ZEC (Zona Especial de Conservação) Peneda/Gerês, no âmbito da Rede Natura 2000;
- Crescimento das áreas com potencial de renaturalização;
- A proximidade com outras áreas classificadas como oportunidade para a expansão de corredores ecológicos   escala regional;
- Existência de grupos e associações culturais e etnográficas;
- Existência de marcas e sistemas de certificação da qualidade turística e de reconhecimento de sustentabilidade (Turismo de Natureza, Natural.PT, Carta Europeia do Turismo Sustentável);
- A proximidade com outros territórios com a chancela UNESCO (Bom Jesus; Guimarães, Porto, Douro, Vale do C a, Arouca, Terras de Cavaleiros) pode potenciar a criação de uma estratégia conjunta de promoção e a atração de visitantes;
- Existência de património cultural em vias de classificação;
- Reconhecimento da categoria "parque nacional" por parte da sociedade e reconhecimento nacional da marca "Peneda-Gerês";
- Maior consciência ambiental e sensibilização para os valores naturais;



- Existência de diversos nichos de mercado e a crescente valorização do “green” e do “local & small” que elevam o potencial de crescimento de alguns micro e pequenos negócios locais ancorados nos recursos autóctones;
- Imagem positiva do turismo na região;
- Setores da agropecuária, floresta e turismo mais sensibilizados para a sustentabilidade da atividade, como estratégia de diferenciação e posicionamento dos produtos;
- Existência de conexões internacionais, designadamente a ligação ferroviária por comboio de alta velocidade à Galiza e a proximidade aos aeroportos do Porto e Vigo;
- Oportunidades de financiamento nacional e comunitário
- Abordagens específicas para territórios, como oportunidade de financiamento que enquadre o investimento público e o privado, por exemplo no âmbito das próximas medidas agro-ambientais.

#### 2.4. AMEAÇAS

- Mudanças climáticas;
- Envelhecimento e decréscimo da população e consequente despovoamento;
- Êxodo da população mais jovem e qualificada para as sedes de concelho ou outros centros urbanos próximos;
- Baixo nível de formação entre a população local, nomeadamente a nível tecnológico, e falta de preparação para as novas exigências do mercado de trabalho;
- Escassa oferta de emprego qualificado;
- Emprego sazonal e precário nas zonas mais turísticas;
- Aumento de visitantes em locais pontuais, excedendo a capacidade de carga em determinadas épocas;
- Sazonalidade da visitação e, consequentemente, da rentabilização da oferta turística;
- Não aproveitamento dos produtos endógenos pelo setor da restauração;
- Risco da base económica local ficar dependente de uma única atividade, nomeadamente do turismo;
- Telecomunicações deficientes em determinadas zonas do Parque (telefone móvel e Internet);
- Complexidade da organização administrativa do território;
- Inexistência de apoios financeiros específicos para o território do PNPG.





## II. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

Tendo por base o diagnóstico do território,

Considerando as características, o potencial e os desafios que se colocam à gestão e desenvolvimento do território do PNPG,

Considerando os objetivos da implementação do modelo de cogestão nas Áreas Protegidas, enquadrados pelo Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto,

Considerando os objetivos comuns do grupo de parceiros que integra a Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês e o compromisso, por estes assumido, com a valorização e sustentabilidade do território, em prol de um projeto de desenvolvimento integrado para o único Parque Nacional do país,

Considerando os objetivos de desenvolvimento sustentável para 2030,

Considerando as políticas e agendas europeia, nacional e regional no horizonte 2030,

Considerando a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030,

Considerando a estratégia da Carta Europeia de Turismo Sustentável, de que o PNPG é signatário,

Considerando a Estratégia do Turismo 2027,

Considerando a estratégia para a agricultura e desenvolvimento rural, nomeadamente no âmbito do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027,

Foi possível estabelecer a missão, visão e os valores partilhados pelo conjunto dos parceiros integrantes da Comissão de Cogestão do PNPG, bem como definir os objetivos estratégicos que devem fazer convergir a atuação das diferentes entidades.



## 1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

### 1.1. Missão do plano de cogestão

Implementar um modelo de gestão de proximidade, criando uma dinâmica partilhada de valorização do PNPG, tendo por base a sua sustentabilidade nas dimensões social, económica, ecológica, territorial, paisagística e cultural, incidindo especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação.

### 1.2. Visão

Contribuir para afirmar a biodiversidade, a geodiversidade e o capital natural e cultural como recursos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do território do PNPG, investindo numa gestão de proximidade, participativa e colaborativa, assente no conhecimento, inovação e valorização dos seus recursos, que assegure uma convivência harmoniosa entre as atividades humanas e a natureza, como legado para as gerações futuras.

### 1.3. Valores

Participação, partilha e cooperação

Gestão colaborativa

Compromisso e trabalho em rede

Sentido de pertença

Sustentabilidade

Transparência

## 2. OBJETIVOS E EIXOS ESTRATÉGICOS

Tendo por base o diagnóstico da área protegida e a visão partilhada para o desenvolvimento sustentável do PNPG, a Comissão de Cogestão do PNPG aprovou os três grandes Objetivos Estratégicos (OE) que orientarão a atuação da parceria nos próximos cinco anos e dão corpo a um Programa de Medidas operacionais, organizadas em Eixos Estratégicos e Áreas-Chave de Intervenção. A Medida corresponde ao nível de pormenorização mais detalhado e de concretização através da implementação de ações/ projetos.



## 2.1. Objetivos Estratégicos

São objetivos estratégicos do Plano de Cogestão do PNPG:

**OE1.** Apoiar a Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade na preservação e restauro dos processos ecológicos, da biodiversidade e da geodiversidade, do conhecimento, divulgação e monitorização dos recursos e valores naturais e gestão da conservação da natureza no contexto das mudanças climáticas.

**OE2.** Promover o desenvolvimento sustentável do território através da utilização racional e da valorização dos recursos existentes, nomeadamente através da preservação do património cultural, da valorização dos produtos locais, da promoção do turismo sustentável, estimulando a manutenção e inovação das práticas ligadas à agricultura, à pastorícia, à floresta e outras atividades económicas reforçando as competências locais e a capacidade de empreender e inovar, privilegiando o bem-estar e a prosperidade das comunidades locais garantindo os direitos e oportunidades das gerações vindouras.

**OE3.** Promover a informação e sensibilização pública sobre o PNPG, a participação social, a capacitação e o envolvimento das comunidades e agentes locais, para que contribuam para atingir a visão e missão para o PNPG, para a programação e implementação do Plano de Cogestão do PNPG, fazendo com que se sintam codecisores e corresponsáveis na definição, na execução e nos resultados alcançados e consolidar e divulgar o PNPG como unidade territorial.

## 2.2. Eixos Estratégicos e Áreas-Chave de intervenção

Em consonância com os três Objetivos Estratégicos, foram definidos três eixos estratégicos de atuação no âmbito da cogestão (Eixos 1, 2 e 3), que acomodam o conjunto integrado de iniciativas para a valorização e desenvolvimento sustentável do território do PNPG, que foram propostas pelos diferentes parceiros.

Para cada um dos três Eixos Estratégicos foram identificadas distintas Áreas-Chave de Intervenção, a saber:

### ○ EIXO 1 - PROMOÇÃO DO PNPG E INFORMAÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

**Áreas-Chave de Intervenção:** Comunicação e Promoção; Informação e Sensibilização; Capacitação, Participação e Gestão Colaborativa.



### **Objetivo geral:**

Consolidar e divulgar o PNPG como unidade territorial, facilitando a sua perceção como uma entidade em si mesma, através de meios adequados de promoção e comunicação (interna e externa), interagindo com os diferentes públicos (população local, visitantes, escolas, investigadores, empresas, instituições, etc.) e posicionando o território no contexto nacional e internacional.

Promover a informação e sensibilização pública, a participação social e a capacitação dos atores locais, de forma a integrar a comunidade e agentes locais nos objetivos estratégicos do PNPG, bem como na programação e implementação do Plano de Cogestão do PNPG, para que a comunidade se sinta codecisor e corresponsável pelos resultados alcançados.

### **o EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DO PNPG**

**Áreas-Chave de Intervenção:** Valorização dos Recursos Endógenos e Compatibilização das Atividades Humanas com os Recursos Naturais; Ordenamento e Qualificação da Visitação; Valorização das Aldeias e Desenvolvimento Social.

### **Objetivo geral:**

Promover o desenvolvimento sustentável do território através do estímulo ou dinamização de iniciativas que integrem as componentes naturais, culturais, sociais e económicas (modelo integrado), onde o Homem surge como parte integrante e beneficiário do aproveitamento sustentável dos recursos locais e os espaços protegidos como palcos potenciadores desse desenvolvimento e não como fator limitador. Trata-se de valorizar os recursos existentes, potenciando-os num modelo sustentável de desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente através da promoção do turismo de natureza, da valorização dos recursos e dos produtos endógenos, da valorização do património cultural e das comunidades locais, da promoção das atividades tradicionais, entre outros. Os objetivos de desenvolvimento socioeconómico são necessariamente perspetivados num modelo de sustentabilidade, que privilegia o bem-estar e a prosperidade do Homem com a salvaguarda e valorização dos recursos naturais, garantindo as oportunidades das gerações vindouras, ou seja, conciliando sempre com os objetivos fundamentais que levaram à classificação do PNPG.

### **o EIXO 3 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS EXISTENTES NO PNPG**

**Áreas-Chave de Intervenção:** Promoção da Qualidade Ambiental e Gestão Eficiente dos Recursos.



### **Objetivo geral:**

Promover a valorização ambiental, a utilização eficiente dos recursos e a gestão do território com usos múltiplos, procurando a harmonização das atividades humanas existentes com a proteção e valorização e gestão sustentável dos recursos naturais e combatendo todas as formas de poluição e de agressão ambiental que podem pôr em causa o desenvolvimento sustentável e a diferenciação do capital natural do Parque Nacional.

Esta é a base estruturada para dar corpo a um programa de medidas prioritárias (apresentado no Documento Complementar IV – Programa de Medidas), organizadas em três Eixos Estratégicos e distintas Áreas-Chave de Intervenção, sendo que a cada medida corresponde um nível de pormenorização mais detalhado e de concretização através de ações.

Esquematizou-se, desta forma, um conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas, integradas no referido programa de medidas prioritárias, que se traduzem em projetos/ações estruturantes para o território do PNPG.

Tendo em conta os três Objetivos Estratégicos definidos no Plano de Cogestão do PNPG e o estabelecido no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, que se aplica especificamente nos domínios da promoção, sensibilização e comunicação, a Autoridade Nacional para a Conservação da Natureza e Biodiversidade, com a anuência da Comissão de Cogestão do PNPG, considerou oportuno incorporar um Eixo exclusivamente de acompanhamento dedicado ao “PATRIMÓNIO NATURAL, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE DO PNPG”. Este eixo, embora não seja parte integrante do Plano de Cogestão do PNPG, porque extravasa o âmbito da cogestão, permite recentrar e comprometer todas as entidades envolvidas neste modelo, lembrando que a valorização do território deve assentar, em primeiro lugar, na preservação do capital natural e cultural do Parque Nacional da Peneda-Gerês:

### **EIXO DE ACOMPANHAMENTO - PATRIMÓNIO NATURAL, BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE DO PNPG**

**Áreas-Chave de Intervenção:** Conservação, restauração, conhecimento, monitorização e divulgação do património natural.

### **Objetivo geral:**

Promover a preservação e o restauro dos processos ecológicos, da biodiversidade e da geodiversidade, bem como o conhecimento, a divulgação, a gestão e a monitorização dos recursos e valores naturais.